

Introdução

DOI: 10.61623/ipri-pb.n1.a02

Diego Morlim¹ e Livia Milanéz²

Este é o primeiro número do *IPRI Policy Briefs*, publicação idealizada pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Esta obra é resultado do esforço anual de pesquisa dentro do escopo do grupo de pesquisa “Pesquisas Contemporâneas IPRI”, vinculado ao CNPq, e ao Programa de Pesquisador Voluntário IPRI (PPV), inaugurado em 2024.

Entre novembro de 2024 e novembro de 2025, nove pesquisadores voluntários aderiram ao Programa e inauguraram este novo projeto, que tem como objetivos desenvolver estudos e pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira e servir como instrumento para maior envolvimento entre FUNAG e a comunidade acadêmica. Seus trabalhos aderem a uma ou mais linhas de pesquisa estabelecidas para as investigações em âmbito do grupo de pesquisa e do PPV: cooperação e temas da agenda internacional; a crise do multilateralismo e a governança global; e o Brasil e o mundo – política externa brasileira.

Com o *IPRI-PB*, a FUNAG busca inovar em forma e conteúdo com um produto que abarque discussão de problemas reais da política internacional e suas evidências, sugestões pontuais de recomendações para lidar com eles e, finalmente, delinear possíveis caminhos para a implementação daquelas recomendações. O formato propositadamente mais conciso e direto busca ser conteúdo de fácil leitura e material de relevância que possa contribuir com o

1 Chefe da Divisão de Apoio à Pesquisa do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Líder do grupo de pesquisa “Pesquisas Contemporâneas IPRI”. Orientador do Programa de Pesquisador Voluntário do IPRI. Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Bacharel e Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

2 Livia Milanéz é servidora concursada, exercendo o cargo de Analista de Relações Internacionais na Fundação Alexandre de Gusmão. É Mestra em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

campo de conhecimento das relações internacionais, além de eventualmente subsidiar tomadas de decisão e formulação de políticas públicas.

*

Este número do *IPRI-PB* se inicia com texto de Bernardo Barreto de Vasconcelos Torres que, partindo de uma análise empírica e enfatizando uma abordagem de entes subnacionais, analisa as assimetrias e potencialidades da atuação internacional de governos subnacionais brasileiros a partir da comparação entre São Paulo e Mangaratiba, destacando o papel do Ministério das Relações Exteriores no fortalecimento da cooperação internacional descentralizada. O texto argumenta que os referidos municípios têm ampliado sua inserção internacional em busca de soluções para desafios locais, ainda que haja desigualdades latentes em relação às suas estruturas institucionais e, logo, às potencialidades de êxitos entre eles. Por fim, o autor defende como solução para essas assimetrias o fortalecimento institucional da paradiplomacia municipal; a capacitação técnica dos agentes públicos e a integração das agendas locais à política externa nacional, de modo a tornar a internacionalização municipal mais inclusiva, estratégica e efetiva.

Em abordagem semelhante à adotada no trabalho anterior, ou seja, a influência do internacional no local, Guilherme Lara Camargo Tampieri discute a internalização do regime climático global a partir da análise de como os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte têm estruturado suas políticas climáticas a partir de suas capacidades estatais. Constatou-se despreparo dos agentes públicos, baixa transparência e fragilidades institucionais, sobretudo nos municípios de pequeno e médio porte, o que limita a ação climática local. Belo Horizonte destaca-se como boa prática, com arcabouço institucional consolidado, planos, inventários e governança climática contínua. O estudo conclui que a falta de capacidade técnica, coordenação e instrumentos compromete a resposta municipal às mudanças climáticas, recomendando integração institucional, fortalecimento da transparência e planejamento baseado em dados.

Ainda com foco no local, Verônica Moreira dos Santos Pires defende que a efetivação da igualdade de gênero, prevista no ODS 5 e nas Políticas Externas Feministas, depende fundamentalmente da ação no nível municipal, onde as políticas públicas impactam diretamente a vida das pessoas. Apesar dos avanços normativos globais, persiste um amplo hiato entre discurso e prática, agravado por obstáculos locais como a instrumentalização do feminismo, a

baixa representação política feminina, a invisibilidade do trabalho de cuidado e a resistência burocrática. O estudo propõe recomendações concretas aos municípios, como o fortalecimento da participação política das mulheres, o combate à violência política de gênero, a valorização do cuidado, a adoção da interseccionalidade, a capacitação do funcionalismo e a criação de orçamentos sensíveis ao gênero, visando tornar a igualdade mensurável, auditável e efetiva.

Também debruçada em um caso empírico, Julia Silva Rensi analisa a nova fase dos investimentos chineses no complexo soja-carne brasileiro, hoje concentrada em infraestrutura e logística, e seus impactos sobre a governança fundiária. Embora esses investimentos ampliem a integração produtiva e a capacidade exportadora, reforçam a dependência primária do Brasil e expõem fragilidades institucionais, como a ausência de um marco nacional robusto de governança da terra. À luz das diretrizes internacionais, o estudo identifica lacunas no controle de terras via fusões e aquisições, baixa transparência e fraca coordenação institucional. A pesquisadora propõe, como resposta, a criação de um marco nacional de governança fundiária, mecanismos de *due diligence* para investimentos estrangeiros, padrões obrigatórios de rastreabilidade, adoção de indicadores internacionais e ampliação da cooperação Brasil-China em bases sustentáveis, visando evitar conflitos e promover desenvolvimento responsável.

Felipe de Castro Faustino também se detém a uma questão interdependente entre o nacional e o internacional, ao analisar como o Brasil se tornou rota da imigração irregular e destacar o papel da cooperação internacional, especialmente entre órgãos brasileiros e a Interpol, no combate ao contrabando de migrantes. O pesquisador argumenta que “coiotes” orientam migrantes a solicitar refúgio para permanecer temporariamente no país e seguir para a América do Norte, explorando brechas legais e políticas humanitárias adotadas desde os anos 2000. O estudo defende que a cooperação interagências é um dos meios mais eficazes para enfrentar essa prática, recomendando o reforço da fiscalização fronteiriça, o uso de novas tecnologias, a ampliação do compartilhamento de dados e a atualização das normas migratórias. Também propõe campanhas informativas para desestimular a migração irregular.

Também tratando de tema de cooperação internacional, Franciele Boeira Cataneo e Samira Kauchakje analisam os Planos de Ação do BRICS para cooperação energética (2020-2025 e 2025-2030), e destacam avanços, continuidades e desafios. A expansão do bloco para dez membros reforça sua relevância global, representando cerca de 36% do PIB mundial e mais de 40% da produção de petróleo. Os Planos priorizam eficiência energética, energias

renováveis, hidrogênio, tecnologias digitais e financiamento, mas apresentam limitações de transparência e acesso a dados, dificultando monitoramento e participação externa. As pesquisadoras recomendam criar repositórios permanentes e abertos, ampliar incentivos institucionais e desenvolver projetos-piloto para demonstrar resultados. Essas medidas podem consolidar o BRICS como ator estratégico na governança energética global e fortalecer a cooperação intra e extrabloco.

A seguir, partindo para uma análise baseada em uma ideia de Brasil, Daniel Afonso da Silva, em discussão ontológica e conceitual, argumenta que a ideia de Sul Global, surgida como alternativa ao “terceiro mundo”, tornou-se uma “armadilha intelectual e política”, pois careceria de unidade e coerência entre seus membros. O autor recomenda abandonar simplificações como BRICS e Sul Global e retomar a noção de “Brasil Global”, que seria mais adequada à complexidade contemporânea e aos interesses nacionais, evitando “ilusões de solidariedade meridional que não se sustentam na prática”.

Giovanna Laís Duarte Viana fecha este número do *IPRI-PB* com uma análise do esforço brasileiro pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e por um assento permanente naquele órgão. A estrutura atual do CSNU, criada em 1945, é considerada obsoleta, concentrando poder nos cinco membros permanentes e limitando a representatividade do Sul Global. O Brasil defende uma reforma que torne o órgão mais democrático e eficaz, diante de desafios contemporâneos e do uso recorrente do veto, que paralisa decisões. A pesquisadora recomenda intensificar o diálogo regional, dinamizar o G4, fortalecer alianças com países do Sul Global e manter o tema em fóruns multilaterais como BRICS e G20. A criação de um Grupo de Trabalho no Itamaraty é proposta para coordenar estratégias e consolidar apoio internacional.